



Notas preliminares sobre capitalismo e patriarcado: o debate entre a teoria unitária e o feminismo materialista

Clara Gomide Saraiva¹

Resumo

Este trabalho traz notas preliminares da pesquisa em andamento sobre a relação entre a teoria unitária da reprodução social e o debate da consubstancialidade ou a teoria dos sistemas duplos e triplos. Buscaremos analisar como se insere a categoria patriarcado na totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista à luz das diferentes perspectivas. Por um lado, a produção teórica da corrente das feministas materialistas, de origem francófona, que sustenta a existência de um modo de produção patriarcal ou doméstico que coexiste com o capitalismo e dita as relações de opressão entre os sexos. Por outro, o que sustentam autoras do feminismo marxista da teoria da reprodução social, ou teoria unitária, na qual o patriarcado é parte do capitalismo, desde a sua origem, e que as relações de classe, gênero e raça compõe a unidade indivisível entre produção e reprodução social na totalidade sistêmica.

Palavras-chave: feminismo; patriarcado; capitalismo.

Preliminary notes on capitalism and patriarchy: the debate between the unitary theory and materialist feminism

Abstract

This work brings preliminary notes from the ongoing research on the relationship between the unitary theory of social reproduction and the debate on consubstantiality or the theory of double and triple systems. We will try to analyze how the category of patriarchy is inserted in the totality of social

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ, graduada em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: clarasaraiva@me.com

relations in the capitalist mode of production in the light of different perspectives. On one hand, the theoretical production of the current of materialist feminists, of Francophone origin, which supports the existence of a patriarchal or domestic mode of production that coexists with capitalism and dictates the relations of oppression between the sexes. On the other hand, what supports the authors of Marxist feminism of the theory of social reproduction, or unitary theory, in which patriarchy belongs to capitalism, since its origin, and that class, gender and race relations make up the indivisible unity between production and social reproduction in the systemic totality.

Keywords: feminism; patriarchy; capitalism.

Trabalho e reprodução social

Todas as atividades humanas têm, em sua origem, o trabalho. E é através desta centralidade ontológica que Marx sempre buscou investigar o tema, atravessando toda a sua obra.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1984, p. 202)

Desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, Marx discutiu dialeticamente o fato de que o trabalho é, ao mesmo tempo, uma dimensão fundante do ser humano enquanto ser social e, na sociedade capitalista, ganha características de estranhamento ou alienação, onde os sujeitos sociais não se enxergam no fruto do seu trabalho².

² A *alienação do trabalho* é fruto desse processo em que o trabalhador não detém nenhum controle sobre o processo produtivo, as matérias primas, os meios de

No desenvolvimento histórico-social e na produção e reprodução do capital, o trabalho passa a ser uma *relação social* na qual o trabalhador entrega o valor de uso de sua força de trabalho a um capitalista que detém os meios de produção, e que emprega essa *força de trabalho* para produzir mercadorias e acumular capital. Neste processo, o trabalhador consome os meios de produção pertencentes ao capitalista para a realização do seu trabalho, transformando-os em um produto que conterà a mais-valia. Além deste consumo, que Marx considera como consumo produtivo, o trabalhador também precisará consumir meios de subsistência para “reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores” (MARX, 1984, p. 666). Este tipo de consumo será definido como *consumo individual*.

Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital. É produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador constitui fator da produção e reprodução do capital, processe-se dentro ou fora da oficina, da fábrica etc., dentro ou fora do processo de trabalho, do mesmo modo que a limpeza da máquina, ocorra ela no processo de produção ou em determinadas pausas. Pouco importa que o trabalhador realiza seu consumo individual tendo em vista sua própria satisfação e não a do capitalista. As bestas de carga saboreiam o que comem, mas seu consumo não deixa, por isso, de ser um elemento necessário do processo de produção. A conservação, a reprodução da classe trabalhadora constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital. O capitalista pode tranquilamente deixar o preenchimento dessa condição por conta dos instintos de conservação e

produção e, conseqüentemente, sobre as mercadorias que produz. Muito pelo contrário: passam a dominá-lo.

de perpetuação dos trabalhadores. (MARX, 1984, p. 666)

Repetindo as palavras de Marx (idem), é a “*produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador*”, detentor da única mercadoria, a força de trabalho, capaz de gerar mais-valor quando empregada em um processo produtivo. Queremos chamar atenção ao fato de que, neste trecho, Marx deixa claro que o consumo individual do trabalhador é fator da produção e reprodução do capital, seja dentro ou fora do processo de trabalho. Isso porque é condição absolutamente indispensável para a roda do capital girar, seja na renovação de energias do trabalhador para mais um dia de exploração, seja na renovação geracional da classe trabalhadora.

O que uma série de feministas chamam a atenção, neste trecho, é para o raciocínio de Marx de que a reprodução dos trabalhadores poderia ser deixada por conta dos seus “*instintos de conservação e perpetuação*”. Na realidade, o processo de reprodução social da força de trabalho, até mesmo por ser “*imprescindível ao capitalista*”, é fruto de importantes investidas, tanto no nível material e objetivo, quanto no ideológico e espiritual. Envolve um jogo de forças complexo, entre capital, trabalhadores e Estado capitalista, sendo absolutamente atravessado pela luta de classes. Como afirma Vogel (2013), “*Diversas características da reprodução da força de trabalho e da opressão das mulheres na sociedade capitalista surgem da lógica da acumulação capitalista em si.*” (VOGEL, 2013, p. 198).

Portanto, a produção e reprodução do capital ditam a produção e reprodução da classe trabalhadora. Mesmo que na aparência exista uma independência do trabalhador, ela é apenas ilusória. Mesmo que não esteja preso por grilhões como o escravo romano, como afirma Marx, o trabalhador está “*preso a seu proprietário por fios invisíveis*”, ainda que haja a “*mudança contínua de seus patrões e a ficção jurídica do contrato*” (MARX, 1984, p. 667). Ou, podíamos ainda acrescentar, que escolha com quem vai casar, quantos filhos quer ter, que produtos de limpeza e comida vai escolher no mercado. Mesmo no terreno da reprodução social, os “*fios invisíveis*” ainda estão ali, assombrando nossas vidas e guiando nossas escolhas.

Ferguson (2017), abordando a mesma problemática, alerta para a lacuna que deve ser superada.

Marx também inicia com uma concepção compreensiva de trabalho ou “da atividade humana prática” em sua análise do capitalismo. Todavia, ainda que ele insista que tal atividade é sempre, e em todos os lugares, enraizada no social – “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e através de uma forma determinada de sociedade” (MARX, 1973, p. 29) – ele avança na exploração da socialidade sistêmica de apenas uma forma de trabalho, aquele realizado para o capital. Observando a relação essencial desse último com o capital, ele ignora em grande medida o papel do trabalho reprodutivo no interior da reprodução total do capital, tratando-o como uma consequência natural do “impulso do trabalhador para sua autopreservação e propagação” (MARX, 1976, p. 275; p. 716). A rica diversidade do trabalho e dos corpos que trabalham é, desse modo, marginalizada na teoria de Marx sobre o capitalismo. O feminismo da reprodução social restaura essa diversidade, desenvolvendo o aparato conceitual para compreender o trabalho como uma experiência diferenciada-mas-compartilhada, uma unidade diversa, concreta. (FERGUSON, 2017, p. 27, grifos da autora)

Essa “unidade diversa, concreta” (FERGUSON, 2017, p. 27) é feita em diferentes esferas, da produção e da reprodução social, e por diferentes corpos, do sexo feminino e masculino com suas diferenças biofísicas, de pele preta, marrom, vermelha, amarela, branca, nascidos em localidades geograficamente distintas, com suas culturas, costumes, vestimentas, comidas, expressões artísticas, rituais religiosos e espirituais, ocupando lugares distintos da vida urbana e rural. Há um desafio, portanto, de conectar as diferentes formas de trabalho com os diferentes corpos que trabalham, produzem e reproduzem a si mesmos e aos seus sem deter os meios da sua própria subsistência.

Vogel (2013) também comenta sobre a necessidade teórica de investigar essa lacuna deixada por Marx e tão fundamental para compreender as engrenagens da opressão à mulher.

Marx considerava que a reprodução da força de trabalho era central para a reprodução social, mas nunca ofereceu uma explicação exaustiva do que ela implicava. Às vezes focava na renovação do trabalhador individual; em outros pontos, frisava a importância da manutenção e substituição dos membros não-trabalhadores da classe trabalhadora. (VOGEL, 1983, p. 188)

Portanto, é esse o desafio que a teoria da reprodução social busca enfrentar. Compreender a relação entre capital e trabalho expressa não apenas na produção, mas também na reprodução das condições da produção. Tal investigação é fundamental para perceber que a lógica do capital incide em todas as partes da vida, compreendendo o caráter social de todos os tipos de trabalho. E também no sentido de encontrar brechas para subverter essa ordem de coisas. Lutas de conteúdo anticapitalista podem se expressar em diversas esferas, fugindo de uma compreensão economicista que reduz a mobilização dos trabalhadores ao seu local de trabalho e a questões salariais, e inclusive dando a essa um sentido mais amplo, de que a luta por melhores condições de trabalho é a luta por melhores condições de vida.

Reprodução social da força de trabalho e trabalho doméstico

Como já afirmado anteriormente, é possível tratar do debate de reprodução social em diferentes níveis e significados. À teoria da reprodução social, lhe interessa especificamente a reprodução social da força de trabalho, responsável pela conservação e manutenção física e mental dos trabalhadores, quando devem “descansar, dormir, (...) satisfazer suas necessidades físicas, alimentar-se, vestir-se etc.” (MARX, 1984, p. 262), além de “necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral da civilização.” (MARX, idem).

A bem da verdade, o trabalhador e a trabalhadora, pertencentes a um núcleo familiar, não reproduzem-se apenas a si mesmos, mas também garantem a reprodução de outras pessoas sob sua responsabilidade que não estão diretamente no processo de produção: filhos, idosos, deficientes físicos, desempregados. Sistematizando, a reprodução social da força de trabalho se dá em três

dimensões distintas: (1) a manutenção dos trabalhadores, produtores diretos; (2) a manutenção dos não-trabalhadores da classe trabalhadora; e (3) o processo de substituição geracional. Destes, apenas o último contém uma divisão sexual pré-determinada, já que apenas as mulheres são biologicamente capazes de gestar, parir e amamentar novos seres humanos, ou novos trabalhadores, tratando-se do capitalismo e de uma unidade familiar da classe trabalhadora. Ainda assim, à mulher trabalhadora é repassada um conjunto de responsabilidades voltadas à reprodução social da força de trabalho. Mais especificamente, o que convencionou-se chamar de *trabalho doméstico*.

Há uma importante bibliografia que aborda a conceituação do trabalho doméstico e seu papel na reprodução social da força de trabalho. Vogel, em sua obra clássica *Marxism and the Opression of Women*³ (2013) explicita assim a questão, buscando dar um sentido ao trabalho doméstico nos marcos da crítica da economia política marxista.

A discussão de Marx sobre a relação entre o trabalho necessário e o excedente na jornada de trabalho é maravilhosamente clara. Ao mesmo tempo, o seu enfoque num único trabalhador individual necessariamente exclui a consideração de todo o trabalho adicional que assegura não só a manutenção e a substituição do trabalhador, mas também a de seus familiares, de sua comunidade e da força de trabalho em geral. O fato de que esses vários processos possam ser omitidos do relato de Marx, pelo menos neste momento, é um efeito da organização social específica do capitalismo. Como em nenhum outro modo de produção, as tarefas de manutenção diária e de substituição geracional estão espacial, temporária e institucionalmente isoladas da esfera da produção. No seu conceito de "consumo individual", Marx reconheceu que o capitalismo confere à vida fora do trabalho um caráter radicalmente distinto do trabalho assalariado. O consumo individual acontece quando "o trabalhador transforma o dinheiro que lhe é pago

³ Traduzido ao português: *Marxismo e a Opressão das Mulheres*.

pela sua força de trabalho em meios de subsistência". O principal interesse de Marx aqui é contrastar o consumo individual de meios de subsistência do trabalhador com seu "consumo produtivo" de meios de produção enquanto está no trabalho. Mas ele disse pouco sobre o trabalho real envolvido no consumo individual. Este é um âmbito de atividade econômica essencial para a produção capitalista que, no entanto, está ausente na exposição de Marx. (VOGEL, 2013, p. 191)

Em outra passagem, ela afirma:

Marx nunca foi explícito sobre o que era coberto pelos conceitos de consumo individual e de trabalho necessário. Conforme discutido acima, o conceito de consumo individual esteve restrito aqui à manutenção imediata do produtor direto. O trabalho necessário é utilizado, entretanto, para descrever todo o trabalho realizado no curso da manutenção e renovação tanto dos produtores diretos quanto dos membros da classe subordinada que não estejam trabalhando como produtores diretos. (VOGEL, 2013, p. 149)

O que Vogel (2013) nos chama a atenção, em suma, é que há um conjunto de atividades que acompanha o consumo individual do trabalhador e o trabalho necessário a que Marx se refere n' *O Capital*. Se ambos estão relacionados à manutenção e renovação dos trabalhadores, há uma necessidade de identificar onde se localizam as tarefas domésticas que são parte desse processo. Vogel (2013), então, se aventura por uma conceituação do trabalho necessário como contendo uma dupla dimensão, ou a partir de dois componentes que o integram: um social e um doméstico, sendo o primeiro vinculado ao trabalho excedente, e o segundo que ocorre fora da esfera da produção capitalista, dentro das unidades domésticas familiares.

Marx não identificou um segundo componente do trabalho necessário na sociedade capitalista, que podemos chamar de componente doméstico do trabalho necessário, ou trabalho doméstico. Trabalho doméstico é a parte do trabalho necessário que é realizada fora da esfera da produção

capitalista. Para que a reprodução da força de trabalho ocorra, se precisa tanto do componente doméstico quanto do componente social do trabalho necessário. Ou seja, o salário pode permitir que um trabalhador adquira mercadorias, mas um trabalho adicional – o trabalho doméstico – geralmente deve ser executado antes de elas serem consumidas. Além disso, muitos dos processos de trabalho associados à substituição geracional da força de trabalho são realizados como parte do trabalho doméstico (VOGEL, 2013, p. 158-9)

Assim como Vogel, Safiotti (1979) considera o trabalho doméstico, incluindo o trabalho assalariado de empregadas domésticas em residências familiares, como uma atividade fora da esfera da produção capitalista. A autora reafirma o papel do trabalho doméstico para a reprodução social da força de trabalho e, por fim, chega a um raciocínio que vai além do desenvolvido por Vogel. Para ela, já que o trabalho doméstico, tanto o gratuito como o assalariado, se configura como uma atividade não-capitalista e que não está relacionado nem ao processo de produção nem de realização da mais-valia, ele segue outra lógica de funcionamento que não a do modo de produção capitalista, ainda que nessa sociedade esteja adaptado e coexistindo com ele (SAFIOTTI, 1979).

Desempenhando tarefas que tornam possível a produção e a reprodução da força de trabalho, a empregada doméstica cria condições para a reprodução do sistema capitalista. Fá-lo, porém, de forma não-capitalista (...) Não gerando mais-valia, nem atuando na esfera de sua realização e apropriação, a empregada doméstica não se insere, definitivamente, no setor de atividades econômicas capitalistas. Tampouco pode ser caracterizada como produtora simples de mercadorias.

Parece mais lógico admitir-se que as atividades domésticas, quer desempenhadas gratuitamente, quer assalariadamente, vinculam-se, historicamente, ao modo de produção doméstico, tendo sofrido a redefinição necessária à sua sobrevivência nas formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista (SAFIOTTI, 1979, p. 41-5)

É possível, portanto, perceber o trabalho doméstico como uma atividade que é fundamental para o funcionamento mais geral da sociedade capitalista, já que sem ele não há a reprodução social da força de trabalho ou, em palavras mais simples, as condições físicas e a reposição geracional para que homens e mulheres vendam sua força de trabalho e sejam explorados pelo capital ininterruptamente. Ainda que ambas as autoras concordem que o trabalho doméstico se localiza fora da esfera produtiva e sem relação direta com o capital, discordam se este se orienta pela lógica da acumulação capitalista, como afirma Vogel, ou se seria determinado por uma lógica distinta, ainda que em acordo com este, sendo determinado pelo modo de produção doméstico, como afirma Safiotti.

Vogel, em uma nota de rodapé no Apêndice ao seu livro *Marxism and the Opression of Women* que escreveu anos depois sobre trabalho doméstico, afirma que:

Essa discussão, que esclarece, mas não altera o meu argumento anterior (Vogel, 1983), agora me parece menos persuasiva. O que está claro, no entanto, é que, quer o trabalho doméstico seja conceituado como um componente do trabalho necessário ou não, o resultado final é que deve ser encontrada alguma maneira de teorizá-lo no interior da economia política marxista (VOGEL, 2013, 193)

Uma série de produções teóricas seguem no esforço de teorizar, através da crítica da economia política, o trabalho doméstico. Independente de compreendê-lo como um componente do trabalho necessário ou não, nos parece fundamental localizá-lo sob a lógica do modo de produção capitalista, como um momento de sua totalidade, já que assim como a produção e reprodução social são momentos distintos, mas uma unidade indivisível na totalidade do sistema capitalista, também o são o trabalho produtivo, improdutivo e o doméstico. Ainda que este último se realize fora da esfera da geração ou da realização da mais-valia, sem ele o processo de acumulação do capital não se dá, portanto ainda que possua uma relação indireta com o capital, o capital é dependente dele.

O lugar onde este trabalho doméstico será realizado é a unidade familiar em domicílios privados predominantemente (e crescentemente) urbanos como “*forma dominante na maioria das*

sociedades capitalistas, mas o trabalho doméstico também ocorre em campos de trabalho forçado, quartéis, orfanatos, hospitais, prisões e outras instituições." (VOGEL, 2013, p. 159). Na medida em que as famílias deixaram de ser uma unidade de produção própria com relação direta com a terra, a partir do processo de acumulação primitiva do capital e da crescente urbanização, transformaram-se em um lugar privado e localizado fora da produção e circulação de mercadorias. Tal dinâmica teve profundo rebatimento na situação de opressão das mulheres e aprisionamento no lar, ou ainda na divisão sexual do trabalho, sendo ambos parte constitutiva do modo de produção capitalista.

A capacidade um tanto reduzida das mulheres de trabalhar durante o período de gestação cria potencialmente uma contradição para a classe dominante. Da luta de classes para resolver essa contradição, uma grande variedade de formas de reprodução da força de trabalho se desenvolveu ao longo da história. Em praticamente todos os casos, elas implicam maior responsabilidade dos homens pelo fornecimento de meios materiais de subsistência, maior responsabilidade das mulheres pelas tarefas contínuas do trabalho necessário e formas institucionalizadas de dominação masculina sobre as mulheres. Embora existam exceções que possam, de fato, oferecer percepções importantes sobre a questão da reprodução da força de trabalho na sociedade de classes, o legado histórico segue sendo aquele que tem sido caracterizado, bem ou mal, como patriarcal. Neste sentido, Joan Kelly tem razão em apontar que "o patriarcado. . . se sente em casa, em casa. A família privada é seu próprio domínio" (VOGEL, 2013, p. 154-5)

Como se deu historicamente esse processo? É preciso buscar as raízes no surgimento do capitalismo, explicitando de forma mais detida, ainda que bastante breve, o processo de acumulação primitiva e a colonização dos continentes americano e africano por parte do capitalismo europeu.

Acumulação primitiva, capitalismo e patriarcado

Na transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, para que o capital pudesse se acumular e se fortalecer enquanto classe burguesa, composta por industriais, comerciantes, banqueiros e proprietários de terra, foi preciso uma série de expropriações e disciplinamento da classe trabalhadora.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior (MARX, 1984, p. 830)

O episódio fundamental para isso foi o longo processo de cercamento, privatização das terras e expulsão da população do campo, realizado de forma extremamente violenta. Nas palavras de Marx, “a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 1984, p. 830).

A partir da leitura de *O Capital* e outras obras de Marx, observamos que há uma relação trinitária que envolve *Capital, Trabalho e Terra*. É impossível explicar o surgimento e fortalecimento do capitalismo sem o enfrentamento às chamadas *terras comunais* e à retirada violenta de camponeses livres e servos de suas terras para o trabalho assalariado urbano. Esse processo tem uma dupla importância ao capital, já que cria ao mesmo tempo o mercado de terras e o mercado da força de trabalho nas cidades, com a expulsão da população dos campos e sua migração para os núcleos urbanos.

Anteriormente, na Europa feudal a terra era transferida hereditariamente ou passada de um senhor a outro, mas não comercializada. A forma da propriedade feudal não era alienável, objeto de transações comerciais, mas transferida a partir de dinâmicas sociais como a vassalagem⁴. Com o capitalismo a terra se torna, enfim, uma mercadoria. Assim como a capacidade de trabalho de homens e mulheres.

De acordo com Silvia Federici (2017), esse processo suscitou inúmeras consequências, e não só o conjunto da classe trabalhadora foi

⁴ Trata-se da transmissão de poder e território, em base a acordos militares e políticos, entre os senhores feudais, que não pode ser confundida com as trocas mercantis.

violentado, como as mulheres, em especial, tiveram suas vidas e seus corpos aprisionados no núcleo familiar, nas tarefas domésticas, em trabalhos extremamente precários e no mais degradante e opressor dos meios de subsistência: a prostituição. Para impor o que a autora chama de *derrota histórica às mulheres*, foi necessária uma ofensiva patrocinada pela Igreja e Estado contra sua liberdade, seu acesso à terra e ao trabalho, e o conhecimento popular que passava de geração em geração, especialmente em relação ao seu sistema reprodutivo. Muitas foram mortas das mais diversas e cruéis formas, acusadas de bruxaria ou infanticídio (FEDERICI, 2017). Um processo necessário ao desenvolvimento e acumulação do capital para garantir, além de um aprofundamento da exploração do trabalho e extração da mais-valia, a reprodução social do trabalho. Tal processo diz muito sobre de que forma se constituiu o *patriarcado capitalista*.

Resgatando Marx, quando os trabalhadores perderam suas terras e se transformaram em proletários que vendiam sua força de trabalho, suas mulheres viraram os bens que as substituíram. Já que eram das terras comuns que vinha sua subsistência e os meios de reprodução social de sua família, agora as mulheres eram este “bem comum”. Federici afirma que:

o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, como o ar que respiramos e a água que bebemos. (...) Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. (...) na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns, enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado (FEDERICI, 2017, p. 191-2; grifo meu)

Assim se fortalecia uma das mais fundamentais instituições do capitalismo, a família burguesa, utilizada como “*principal centro para a reprodução da força de trabalho*” (FEDERICI, 2017, p. 193). Uma forma

extremamente confiável e barata para realizar um trabalho não pago pelo capital e não garantido pelo Estado capitalista, ainda que determinante para a exploração da força de trabalho. Dentro da família, o homem era o portador do salário e, portanto, detinha o poder sobre sua mulher e filhos.

E tudo isso só foi possível porque ao lado da enorme violência imposta, foi construída uma redefinição ideológica das relações de gênero, sexo, raça, erguendo, aos poucos, um imaginário dos grupos oprimidos onde todo o tipo de insubordinação era acusado.

Patriarcado, racismo e capitalismo: um ou múltiplos sistemas?

Abordaremos, agora, a problemática sobre patriarcado, racismo e como se relacionam com o capitalismo: como um sistema próprio e consubstanciados ao capitalismo, ou como relações sociais de dominação e poder que são estruturantes do capitalismo sem se constituir como um sistema próprio, mas sendo parte integrante do próprio sistema capitalista.

De acordo com Cinzia Arruza, retomando o que foi afirmado no ponto anterior:

A transformação da família é, acima de tudo, o resultado da expropriação da terra, ou acumulação primitiva, que separou grandes porções da população de seus meios de produção e subsistência, provocando de um lado a desintegração da família camponesa patriarcal, e, de outro, um processo de urbanização historicamente sem precedentes. O resultado foi que a família passou a não mais representar a unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia. (...)

E aqui está o ponto: embora as relações de dominação de gênero tenham permanecido, elas deixaram de ser um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família de uma unidade de

produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado. (ARRUZA, 2015, p. 45-6)

A autora afirma que o patriarcado se expressa através de relações de dominação entre homens e mulheres que são parte constitutiva do capitalismo. Dizer que o patriarcado conforma a sua estrutura desde a origem até os dias atuais faz com que o compreendamos não como um sistema patriarcal independente ou paralelo que coexiste com o capitalismo, mas que está contido nele e regido por suas próprias leis. Por isso, sua teoria é *unitária*: porque na medida em que investiga a opressão da mulher trabalhadora e o patriarcado, investiga o próprio sistema capitalista.

Toda relação de exploração é também uma relação de dominação e alienação, e dessa forma podemos compreender a opressão de gênero e o patriarcado como elementos que atravessam a luta de classes e, também, estruturam as relações de poder do capital e do Estado capitalista. Já a consubstancialidade afirma que as relações patriarcais, raciais e de classe formam, cada uma delas, um sistema próprio, com suas relações de produção, exploração e dominação (ou até escravização, como defendem algumas autoras) que se correlacionam.

Por exemplo, Cristine Delphy, em 1970, teorizou sobre a existência de um modo de produção patriarcal que possuiria relação com o modo de produção capitalista e que, portanto, as mulheres seriam uma classe própria no sentido econômico do termo.

Constatamos a existência de dois modos de produção na nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida pelo modo industrial; os serviços domésticos, a criação das crianças e um certo número de mercadorias são produzidas pelo modo familiar. O primeiro modo de produção dá lugar à exploração capitalista. O segundo dá lugar à exploração familiar, ou mais exatamente patriarcal (DELPHY, 2009)

Hartman (1979), no mesmo sentido, identificou dois sistemas autônomos, (o que chamou de teoria do sistema dual) ainda que conectados e historicamente definidos. Silvia Walby (1990) reformulou os sistemas duplos para incluir um terceiro, o racial. Mais

recentemente, Danièle Kergoat (2009) teorizou a consubstancialidade dos sistemas patriarcais, raciais e de classe, que seriam sistemas formados pela mesma substância, de dominação e exploração, ainda que sejam diferentes entre si. Mas se vamos às últimas consequências desse esquema teórico, é possível dizer que há diferentes classes e relações de exploração entre homens e mulheres, brancos e negros, além de capitalistas e trabalhadores?

Nos debates do Serviço Social, a autora Mirla Cisne tem se destacado por sua importante contribuição acerca do feminismo, diversidade sexual, consciência de classe, entre outros temas.. Vejamos como ela aborda essa mesma temática:

Basta uma análise um pouco mais atenta sobre a formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira para identificarmos que três sistemas se fundiram em um único: o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Mais que isso, essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução das situações concretas da exploração e das múltiplas opressões. Será, portanto, sob a luz da análise do racismo e do patriarcado (em suas expressões de sexismo e heterosexismo), como sistemas estruturantes consubstanciados e coextensivos ao capitalismo, que procuraremos problematizar as temáticas relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual (CISNE, 2018a, p. 25)

Se, por um lado, podemos concordar que a formação sócio-histórica do capitalismo no Brasil não pode ser explicada sem levar em consideração os profundos e estruturais racismo e patriarcalismo, encará-los como sistemas próprios nos parece inadequado, ainda que *“estruturantes consubstanciados e coextensivos ao capitalismo”* (CISNE, 2018a, p. 25). Na realidade, o próprio sistema capitalista em sua fundação e desenvolvimento no Brasil se valeu do racismo, de uma sociedade escravista, profundamente machista e patriarcal.

Diferente de Delphy, Cisne (2018) não considera que vivemos sob um sistema duplo ou triplo, ainda que compartilhe um raciocínio

parecido sobre a situação de exploração patriarcal das mulheres em casa e fora dela. Em suas palavras:

De modo diferente, cremos na existência de um único modo de produção em vigor. Cabe, contudo, entender que ele não se restringe à esfera produtiva. Até porque essa esfera depende da reprodução social que, por sua vez, é garantida em grande medida pelo que Delphy denomina de “modo de produção doméstico”. Esse modo de produção se realiza por meio da exploração patriarcal sobre o “trabalho desvalorizado” das mulheres, realizado não apenas nos limites da casa, mas, também, fora dela, como vimos anteriormente. Em outras palavras, as esferas produtivas e reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe, “raça” e sexo (incluindo sexualidade), podemos denominá-lo de modo de produção racista-patriarcal-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformados por essas relações – mediações e contradições – que são dialeticamente consubstanciais e coextensivas (CISNE, 2018b, p. 96-7);

A necessidade de nomear como sistema as relações sociais patriarcais e racistas ou então como um “modo de produção doméstico” busca, possivelmente, dar destaque e demonstrar a sua centralidade para a sustentação do capitalismo. Porém, há um perigo ao fazê-lo que é dotar-lhes de uma forma específica de exploração e dominação que não a do capital sobre o trabalho, e dar status de um conflito entre grupos sociais opostos ou marcados por relações de exploração e dominação, como as classes sociais.

Na medida em que tudo determina tudo o mais, a noção de determinação perde sua função explicativa, e torna-se impossível evitar uma regressão infinita nas cadeias causais. Mais ainda, não é claro como a perspectiva da consubstancialidade pode escapar da multiplicação infinita de sistemas de opressão que ela condensa na interseccionalidade.= (ARRUZA, 2017, p. 45)

Afirmar isso não é diminuir o destaque que as opressões tem no capitalismo mas, pelo contrário, afirmar que as relações capitalistas em si contém esses elementos, sendo uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, opressão e alienação. Não existem leis econômicas puras, assim como não existe exploração do trabalho sem ideologia, coerção, opressão. A acumulação capitalista determina, já que a unidade entre produção e reprodução social é indivisível, as relações sociais de dominação e poder. Sobre a relação entre capitalismo e as opressões, Silvio Almeida nos ajuda a compreender seu caráter estrutural e porque, mesmo surgidos anteriormente à divisão de classes entre capital e trabalho, assumem diante dela “*uma forma especificamente capitalista*”.

O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que ainda que se articulem com as relações de classe, não se originam delas e, tampouco *desapareceriam com ela*: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar a períodos anteriores ao capitalismo, *mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista*. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias, as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 75, grifo do autor)

Mudanças na esfera produtiva impactam na reprodutiva, e vice-versa. Redução de salário que obriga a deixar de pagar a escola; fechamento de creche pública que sobrecarrega financeira e fisicamente; corte de um direito assistencial se combina com a demissão de um emprego que sustentava o aluguel e a subsistência de uma família; situação de miserabilidade, pobreza, alcoolismo, que leva a episódios sucessivos de violência doméstica; desemprego crônico e a necessidade imperativa de recorrer a um aborto clandestino; assédio sexual e moral no local de trabalho. Quando vamos à realidade

concreta, é possível definir se a atitude é consequência do patriarcado ou do racismo ou da relação de dominação de classe? Na realidade concreta elas só se explicam quando tomadas em sua totalidade; como determinações de uma mesma totalidade.

Sobre a metodologia para analisar a complexidade da vida real, Mandel nos apresenta um raciocínio de reflexão sobre o sentido da investigação científica. Diz ele:

É bem conhecida a afirmação de Marx de que a ciência era necessária exatamente pelo fato de essência e aparência jamais coincidirem diretamente. Ele não via como função da ciência apenas a descoberta da essência de relações obscurecidas por suas aparências superficiais, mas também a explicação dessas aparências – em outras palavras, a descoberta dos elos intermediários, ou mediações, que permitem que a essência e a aparência se reintegrem novamente numa unidade. Quando essa reintegração deixa de ocorrer, a teoria se vê reduzida à construção especulativa de “modelos” abstratos desligados da realidade empírica, e a dialética regride do materialismo ao idealismo: “Uma análise materialista não se harmoniza a uma dialética idealista, mas a uma dialética materialista; ela lida com fatores empiricamente verificáveis” (MANDEL, 1985, p. 8)

Isto posto, é fundamental que a partir da nossa análise não caiamos num erro em compreender a realidade fragmentada, separada, quando não são “empiricamente verificáveis”. Há uma natural necessidade em pontuar bem o que são atitudes racistas, machistas, LGBTfóbicas, xenófobas, em nossa sociedade, e lidar com elas em todas as suas dimensões – na responsabilização do indivíduo, das instituições, do Estado, do modo de produção. Ainda assim, se de alguma forma identificamos leis e determinações que, em si, nos explicam como funciona o patriarcado ou o racismo sem o atravessamento da lei do valor, sem a *unidade indivisível* entre produção e reprodução social e o conjunto de mediações entre essência e aparência, nosso raciocínio pode deixar de ser totalizante.

Ainda que tratemos de forma interseccional e consubstanciada, e declaremos que um sistema não existe sem o outro, é impossível

explicar de que forma cada um se desenvolveu ou que leis um suposto “modo de produção doméstico” segue sem atravessá-lo pela lei do valor e pela história da luta de classes. A formação do sistema capitalista, ainda que desigual entre os países, é parte de um mesmo processo histórico que determina condições concretas para a acumulação de capital, extração da mais-valia, exploração e reprodução social da força de trabalho. E o processo histórico é um só, e deu à luz – utilizando-se de todo tipo de violência e opressão que acompanharam a história da humanidade – a um novo e acabado sistema capitalista que refundou, a sua imagem e semelhança, o *seu* patriarcado e o *seu* racismo.

Isso é exatamente o que a “teoria unitária” tenta alcançar: *ser capaz de interpretar as relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo.* (ARRUZA, 2015, p. 57, grifo da autora)

Encarar a realidade como uma conjunção de sistemas poderia dar a impressão de colocar no mesmo nível – ou com a mesma gravidade – a exploração de classe e as opressões sexistas e racistas. Ou, dito de outra forma, dar centralidade à contradição capital X trabalho significaria secundarizar os demais conflitos sociais opressores. Mas trata-se de uma falsa problemática. Não devemos hierarquizar um processo a outro, mas investigar e compreender de que forma se relacionam *na realidade* em sua *totalidade*. Afirmar que o capitalismo é, ele próprio, o sistema que não pode prescindir do patriarcado e do racismo para sua subsistência é compreender que as suas raízes são as mais profundas possíveis.

Portanto, nomear como sistemas duplos, ou como sistema heteropatriarcal-racista-capitalista, é uma opção metodológica que guarda uma concepção teórica com consequências, e acaba tirando do nome “capitalista” o que ele, em si, já é. Um sistema patriarcal e racista, onde tudo é em nome do capital. Como um buraco negro⁵ que tudo suga, a constituição do capitalismo se deu assim, apropriando-se

⁵ *Buraco negro* é uma região do espaço-tempo em que o campo gravitacional é tão intenso que nada – nenhuma partícula ou radiação eletromagnética como a luz – pode escapar dela. (Wikipedia, https://pt.wikipedia.org/wiki/Buraco_negro)

de formações econômicas atrasadas e relações sociais desiguais para colocar todos esses elementos em marcha com um único objetivo: o da acumulação de capital. Essa compreensão não me parece simplista, mas totalizante.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é Racismo Estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Ligações Perigosas: feminismo e marxismo, casamentos e divórcios*. São Paulo: Usina, 2019.
- BHATTACHARYA, Thithi. *Social Reproduction Theory – Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- CARVALHO, Edmilson. *A totalidade como categoria central na dialética marxista*. *Outubro*, São Paulo, n.15, 1º semestre de 2007.
- CISNE, Mirla. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2018a.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2018b.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. *The University of Chicago Legal Forum*, Chicago, n. 140, p. 139-167, 1989.
- DELPHY, Cristine. *L'ennemie principal: économie politique du patriarcat*. Paris: Éditions Syllepse, 2009, v. 1.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERGUSON, Susan. *Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa*. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, 2017.
- FERGUSON, Susan & MCNALLY, David. *Capital, força de trabalho e relações de gênero*. Introdução à reedição do livro da Lise Vogel. Boston: Brill, 2013.
- HARTMANN, Heidi I. *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism:*

Towards a more Progressive Union. Capital & Class, v. 3 n. 2, p. 1-33, 1979

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KERGOAT, Danièle. *Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux*. Dorlin, Elsa Dorlin (dir.). *Sexe, race classe: pour une épistémologie de la domination* Paris: PUF; Actuel Marx Confrontation, 2009, p. 111-125.

KOZIK, Karel. *A dialética do concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. *Capítulo Inédito d'O Capital*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1 (volume 1). 9ª ed. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3 (volume 6). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Os Despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, Hildete; CASTILHO, Marta. Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem Faz? Rio de Janeiro: *R. Econ. Contemp.*, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr., 2009.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo:

Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p. 141-160.

NETTO, José Paulo (org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women*: Boston: Brill, 2013.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.